



5208 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT20 - Psicologia da Educação

A pesquisa como possibilidade de resistência à lógica medicalizante
Kelly Cristina dos Santos Silva - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A pesquisa como possibilidade de resistência à lógica medicalizante

Desde o início do século XX, o campo de estudos sobre o estudante que não apresenta a performance esperada pela escola fundamenta-se em explicações centradas no indivíduo (SOUZA, 2010), explicitando os processos de medicalização da Educação, ou seja, transformando problemas de ordem social, econômica e escolar em problemas biomédicos, com ênfase em explicações advindas da Medicina e da Psicologia (MOYSÉS, COLLARES, 2010). As críticas elaboradas a esse processo retomam discussões sociopolíticas e analisam os efeitos de explicações medicalizantes. A fim de compreender como a temática da medicalização da Educação tem sido tratada por diferentes campos do conhecimento, destacadamente a Psicologia, a Medicina e a própria Educação, empreendemos uma pesquisa de caráter bibliométrico (SILVA *et al*, 2011), a partir das bases de dados dos portais SciELO, PubMed, Medline totalizando 23 trabalhos. Os resultados indicam a prevalência de estudos do campo da Psicologia na discussão do processo de medicalização da Educação com pouca penetração nas áreas da Medicina e da Educação. Assim, tais áreas, sobretudo a Educação, mantêm-se mais permeável aos discursos medicalizantes.

Palavras-chaves: Medicalização da Educação; Psicologia; Educação.

Introdução

O termo medicalização tornou-se bastante recorrente nos últimos anos, estando presente em diferentes espaços, tantos nos domínios acadêmicos, quanto em textos e reportagens informativas que buscam estabelecer um contraponto e criar estratégias para as variadas formas de medicalizar aspectos inerentes à experiência humana.

A emergência de discussões pautadas na crítica ao modelo de atuação biomédico propiciou o fortalecimento de diferentes debates, que abrangem novas problemáticas. Ao mesmo tempo, entrelaçam-se aos aspectos que dizem respeito ao modo como os saberes do campo da Saúde intervêm sobre o processo de adoecimento, sobretudo na prescrição de tratamentos que pouco se aproximam do olhar atento para os múltiplos aspectos do adoecimento e do sofrimento humano (MOYSÉS, COLLARES, 2010).

A infância e o processo de escolarização de crianças são temáticas fundamentais para a sustentação do campo de discussões, sobretudo, no que diz respeito aos modos como as trajetórias escolares são desenhadas, ou seja, como os insucessos nos percursos escolares de crianças são compreendidos pela criança, pela escola e pela família (PATTO, 2015; COLLARES, MOYSÉS, 2010). O foco na instituição escolar como um espaço produtor, tanto de saberes e subjetivação, quanto de fracasso, sintomas e adoecimento, possibilita a aproximação de um vasto campo de forças que se entrecruzam e sinuosamente tecem complexas tramas entre os saberes escolares/educacionais e os saberes biomédicos (GUARIDO, 2010).

Os estudos sobre medicalização têm implicado discussões sobre o processo de medicalização da Educação, sobretudo, para investigar a complexa relação entre as ciências biomédicas e o campo da Educação. Nesse contexto bastante complexo e dinâmico, diferentes forças agem de múltiplas formas na tentativa de atender às necessidades de normalização e normatização, construindo, assim, um discurso sobre a criança que não aprende na escola ou que não se encaixa em um padrão pré-estabelecido de estudante (COLLARES, MOYSÉS, 2010). As classificações diagnósticas corroboram com a ideia de um tipo adequado de criança, que apresenta determinadas características relacionadas à atenção e à aprendizagem como atributos de ordem neurobiológica e, portanto, individual. Tal premissa faz crescer um ideário no qual a neutralidade é atribuída à escola. Os inúmeros aspectos que compõem o cotidiano na escola, como a construção dos currículos, as condições físicas e materiais das escolas, as condições de trabalho dos/as professores/as, a política pública que constituem a rede de ensino passam despercebidos em estudos e consultórios que acolhem a criança e sua família sem se perguntar sobre as relações que se produzem na escola (COLLARES, MOYSÉS, 2010; OLIVEIRA, 2013).

Nessa perspectiva, muitas vezes a própria escola não se percebe como protagonista do processo, permitindo com que os problemas de escolarização sejam endereçados a outros espaços, sobretudo, aqueles sob jurisdição das ciências biomédicas. Assim, o foco dos problemas que surgem na escola a partir do ponto de vista biomédico, estabelece o aprendizado como efeito da adequada estimulação cerebral, fazendo com que ação humana do aprendizado seja apagada (GUARIDO, 2010).

É demandado aos/as professores/as, muitas vezes, a ocupação de uma posição de triagem para o atendimento em Saúde, a partir da identificação de estudantes que apresentam comportamentos considerados inadequados ou com percurso escolar marcado pelo fracasso em relação às expectativas institucionais. É assim que o/a professor/a torna-se uma extensão do olhar do/a especialista, realizando orientações a familiares, a fim de que se busquem atendimentos e orientações no campo da Saúde. Essa procura não é uma característica da atualidade, ele tem uma história, que diz respeito à forma como a escola se mostra permeável aos discursos médicos e psicológicos (GUARIDO, 2010, p.36).

A presença desses discursos na escola nem sempre é facilmente perceptível, porque se torna natural; são verdades impassíveis de questionamentos. Contudo, a escola não é uma instituição inerte, ela produz diferentes movimentos que podem ou não estar em acordo com os discursos médicos e psicológicos, que oferecem certas diretrizes e enquadramento em relação à criança em idade escolar.

A fim de compreender como a temática da medicalização da Educação tem sido tratada por diferentes campos do conhecimento, destacadamente a Psicologia, a Medicina e a própria Educação, empreendemos uma pesquisa de caráter bibliométrico (SILVA *et al*, 2011), a partir das bases de dados do portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline) e PubMed, totalizando 23 trabalhos

Procedimentos Metodológicos

Utilizamos como referencial metodológico a análise bibliométrica, técnica que nos ajuda a identificar tanto os aspectos qualitativos da produção científica analisada quanto os aspectos quantitativos, ou seja, os aspectos referentes a análise da literatura que sustenta os trabalhos.

As etapas da análise bibliométrica, de acordo com Silva *et al* (2011, p.125-6) dizem respeito à definição do objetivo da análise, a identificação e a localização e o acesso às fontes, bem como o estabelecimento de relações entre os dados obtidos durante a investigação para a construção de categorias de análise e indicadores da produção científica sobre determinado tema.

A escolha por diferentes campos de conhecimento se fez a partir das configurações dos próprios campos, já que o fenômeno da Medicalização tem sua origem nas ciências médicas. Já a Psicologia, ciência derivada da Medicina, tem trabalhado nas últimas décadas com as questões que envolvem o processo de escolarização e o fracasso escolar, bem como as explicações elaboradas para compreender por que muitas crianças fracassam na escola. Dentre essas explicações, os processos medicalizantes surgem proposições voltadas para o corpo da criança, seja em seus aspectos físicos e/ou emocionais, ou a problemas relacionados à aspectos familiares (PATTO, 2015; COLLARES, MOYSÉS, 2010). O campo da Educação também foi utilizado como um descritor porque o discurso produzido pela escola articula as práticas normalizadoras à uniformização do currículo, traduzindo as diferenças de resultados e processos em desigualdade, que são tomados com uma deficiência da criança (ESTEBAN, 2013).

As buscas foram realizadas a partir de três combinações de descritores: Medicalização e Medicina; Medicalização e Psicologia; Medicalização e Educação. As três combinações foram utilizadas na base de dados da SciELO.

A consulta realizada com os descritores Medicalização e Medicina encontrou 72 trabalhos, entretanto ao ler os resumos dos trabalhos, descartamos 67 artigos pois seus temas e objetivos não correspondiam aos critérios adotados, artigos brasileiros que discutem a temática da Medicalização na Educação. Diante de somente cinco artigos, realizamos novas buscas no Portal SciELO, utilizando os descritores Pediatria e Medicalização e os descritores Neurologia e Medicalização nenhum estudo foi encontrado nessas buscas. Já a busca realizada com os descritores Psiquiatria e Medicalização encontramos somente um artigo, o qual se repetiu na primeira busca. Na busca Medicalização e Psiquiatria três foram selecionados, destes dois já estavam na primeira busca.

A busca seguinte foi realizada no portal Medline. A primeira busca foi realizada a partir dos descritores Medicalização e Medicina e foram encontrados 37 artigos, no entanto nenhum deles foram produzidos por autores/as brasileiros/as. A segunda busca foi realizada a partir dos descritores Medicalização e Psiquiatria e foram encontrados dez artigos, entretanto nenhum deles atendiam aos critérios estabelecidos previamente para o estudo dos trabalhos. A busca realizada com os descritores Medicalização e Neurologia não encontrou nenhum trabalho. Já a busca Medicina e Pediatria foram encontrados quatro trabalhos dos quais somente um foi incorporado ao corpus do trabalho por tratar do tema da Medicalização da Educação

Em função do pequeno número de artigos encontrados, estendemos nossas buscas, nesta etapa, utilizamos o portal PubMed e a combinação de descritores realizadas nas buscas anteriores, contudo nenhum trabalho encontrado atendia aos critérios pre-estabelecidos.

O passo seguinte da pesquisa foi a combinação dos descritores Medicalização e Psicologia no portal SciELO, encontramos 34 artigos, porém apenas doze se referiam à problemática da Medicalização na Educação. Entre os onze artigos selecionados, dois estão presentes na primeira busca.

Nove artigos foram publicados em revistas de Psicologia, dois artigos em revistas voltadas para a Saúde Coletiva e um artigo foi publicado em uma revista de comunicação entre Educação e Saúde. Dos nove artigos publicados em revistas de Psicologia, cinco artigos foram publicados em revistas voltadas para a temática da Psicologia Escolar e Educacional.

A busca com os descritores Medicalização e Educação redundou em 38 artigos. Foram selecionados dezesseis artigos, nove estiveram presentes nas buscas anteriores, das quais dois estavam presentes na primeira busca realizada

com os descritores Medicalização e Medicina e seis estavam presentes na segunda busca, realizada com os descritores Medicalização e Psicologia e um artigo presente na primeira e na segunda buscas.

Medicina e medicalização da Educação

Os sete artigos selecionados a partir da combinação dos descritores Medicalização e Medicina foram publicados em diferentes revistas, três foram publicados em revistas de Psicologia, um artigo em uma revista que aborda a intersecção entre Saúde e Educação, um artigo em uma revista voltada para o campo da Educação, outro para o campo da Saúde Coletiva e o último artigo publicado em uma revista de Pediatria.

A escassez de publicações no campo da Medicina sobre as questões que envolvem a medicalização da Educação chamou-nos a atenção. As publicações encontradas, em sua maioria, foram elaboradas por psicólogos/as e somente um trabalho foi realizado por três profissionais/estudantes da área médica em parceria com uma psicóloga.

Os sete artigos selecionados foram publicados em diferentes revistas, três foram publicados em revistas de Psicologia, um artigo em uma revista que aborda a intersecção entre Saúde e Educação, um artigo em uma revista voltada para o campo da Educação, outro para o campo da Saúde Coletiva e o último artigo publicado em uma revista de Pediatria.

Há prevalência de psicólogos/as discutindo a temática da Medicalização na Educação, mesmo quando a busca por trabalhos não é realizada com o descritor Psicologia. O grande número de autores/as da área da Psicologia, ao que parece são reflexos de produções acadêmicas (Patto, 2010; Machado, 2007) realizadas por profissionais da área da Psicologia sobre processo de Medicalização na Educação, bem como o papel dos saberes do campo da Psicologia na disseminação de um ideário marcado pela intenção de medir e classificar a inteligência das crianças.

Há um equilíbrio entre as áreas de conhecimento da formação em pós-graduação, mais especificamente do Mestrado, apesar da maioria dos/as autores/as estão ligados/as à Psicologia e Saúde Coletiva. As formações na área de Saúde Pública e Educação e Filosofia da Ciência estão presentes e demonstram o interesse nos estudos sobre a Medicalização. Observamos também o predomínio da área de Psicologia durante o Doutorado. Contudo, observamos a presença de autores de outros campos do conhecimento, tanto da Saúde Coletiva quanto das Ciências Médicas, além do campo da Lógica e da Filosofia da Ciência.

Ao analisarmos os trabalhos, observamos o predomínio de problematizações sobre a relação da medicalização e a produção da subjetividade, dos sete trabalhos, cinco enfocam o modo como o processo de medicalização pode incidir sobre a vida do sujeito, destacando a biomedicina, a preocupação em calcular riscos e prevenir o aparecimento de sintomas de transtornos que surgem na escola. Há também uma importante reflexão sobre os efeitos dos fármacos nas crianças, sobretudo, o silenciamento dos movimentos de seus corpos. Ao aquietar o corpo, o sintoma é apagado, assim como as possibilidades de escuta e acolhimento da criança. Os outros dois trabalhos enfocam a questão da aprendizagem escolar e suas relações com a medicalização, articulando, ainda, as questões referentes à produção de subjetividade e como resistência ao modelo medicalizante,

A preocupação dos/as autores/as em discutir novos modos de ser criança e aprender ocorre a partir de reflexões sobre o próprio conceito de medicalização e como ela tem incidindo na esfera educacional, principalmente em relação a preocupação em aferir e divulgar medidas para a detecção de sinais e sintomas de transtornos que surgem na escola. O efeito da medicalização também é pensado a partir da perspectiva do trabalho docente, que imerso na lógica medicalizante, acaba por tornar-se coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem, já que o foco de sua ação foi redimensionada para a observação do comportamento da criança, a categorização dos sinais e sintomas, e também para a utilização de técnicas para a manutenção da atenção da criança.

Algumas reflexões da Medicina sobre si, amparadas por discussões realizadas por outras ciências, como a Psicologia colocam em evidência aspectos importantes da entrada da Medicina nas escolas, dentre eles, o enfoque no desenvolvimento e utilização de técnicas de medição e classificação da inteligência das crianças permitem a construção de novas possibilidades de refletir sobre as bases que sustentam as teorias e explicações sobre o fracasso escolar.

O entendimento do olhar da medicina sobre o aprendizado escolar abre diferentes possibilidades de compreensão sobre a construção de um modelo de estudante, que perpassa tanto as questões referentes ao corpo, quanto as relações familiares da criança. A criança entendida como incapaz de aprender na escola ao tornar-se objeto da Medicina e de outras ciências afins, manteve sob seu domínio as explicações para o fracasso e as chaves para a solução da problemática, sempre direcionada aos aspectos individuais, centrados no corpo ou família da criança. Contudo, a ampliação das discussões fracasso escolar permite que os estudos baseados na crítica das Ciências Médicas para as questões escolares sejam realizados de modo colaborativo com a Educação, em parcerias pouco comuns, entre médico/as e pedagogo/as.

A formação dessa parceria, entre Collares e Moysés (1997) resultou em um estudo sobre crianças que não apresentam a performance esperada pela escola. As autoras ouviram profissionais da área da Saúde e da área da Educação. Profissionais de ambas as áreas realizaram explicações bastante semelhantes para o insucesso das crianças dentre elas estão: anomalia genética ou hereditária, disfunção neurológica ou emocional, insuficiência motivacional, falta de prontidão ou carência cultural. Há também causas centradas nas relações familiares, porém, frequentemente tomadas como terreno para expressão de desordens psíquicas ou inadequações morais/culturais de seus componentes.

Além das causas centradas nas crianças e em suas famílias, Collares e Moysés (1997, 2010) identificam a culpabilização dos/as professores/as, a qual é, de certa maneira, uma transcrição da culpa atribuída à criança e a sua família. Muda o/a depositário/a da culpa, mas permanece a lógica da individualização de um problema coletivo, no qual a escola e o sistema escolar não predominam como fonte de explicação para questões referentes à escolarização (MOYSÉS, 2001).

As falas das entrevistadas revelam, além da individualização, um ofuscamento do olhar, as relações formadas no ambiente escolar, as questões sobre as condições de trabalho, os aspectos referentes à construção do currículo e da própria formação das políticas públicas de educação. Questões de ordem social, política e econômica que em grande medida, emolduram o cotidiano escolar são apagadas das falas das entrevistadas sobre as possíveis causas dos percalços das crianças na escola.

Ao escutar o que as crianças tinham a dizer sobre si e sobre sua vida escolar e o que suas famílias tinham a dizer sobre a própria criança e a escola, Moysés (2001) observa uma multiplicidade de experiências, algumas resistências, outras resignações. Problemas relacionados à vulnerabilidade social das famílias das crianças surgiram, entretanto, as narrativas confluíam para um mesmo ponto, a escola: a falta de vagas, as mudanças constantes de professores/as, a falta de estrutura das escolas.

O distanciamento da escola sobre as problemáticas que ocorrem na própria escola dificultam a circulação de ideias sobre a não aprendizagem dos alunos e suas relações com a instituição escolar, ou seja, as questões metodológicas e teóricas ligadas ao ensino e a aprendizagem, os aspectos políticos e curriculares, além dos aspectos relacionais que envolvem os laços afetivos formados no espaço escolar. Com pouco tempo e espaço para as discussões, professores/as e outros/as profissionais da Educação se desapropriam e são expropriados/as de seus saberes quando crianças não aprendem na escola, os saberes específicos das/os professores/as são desqualificados e despotencializados, nessa complexa trama, os/as professores/as têm poucas possibilidades de assumirem seu protagonismo no que se refere a seus conhecimentos e saberes sobre a aprendizagem escolar na sala de aula e fora dela, na formulação de currículos e propostas educacionais, a partir de suas demandas e reflexões sobre o fazer docente.

A parceria entre Medicina e Educação também faz brotar questionamentos sobre o modo como os profissionais da área da Educação tem tido seus saberes inundados por perspectivas da área médica, sobretudo em relação a trabalhos que trazem o estudo do cérebro e suas imagens como uma promessa para eliminar os problemas que surgem durante o processo de escolarização.

Arantes e Freitas (2016) apontam o crescente protagonismo do cérebro nas escolas, sobretudo, a partir da difusão de inúmeras informações sobre a importância de se conhecer o funcionamento cerebral para garantir a aprendizagem das crianças na escola.

O crescimento da presença do campo de conhecimento da Neurologia nas escolas e assim como da criação de uma expectativa de que exames de imagem cerebrais possam auxiliar a aprendizagem dos alunos tem como efeito a inércia na escola, os/as professores/as, muitas vezes acabam, sem perceber, deixando de investir seus saberes na aprendizagem das crianças enquanto espera o tão aguardado exame (ARANTES; FREITAS, 2016).

Medicalização e Psicologia

A busca por artigos que discutem a medicalização na Educação também foi realizada com os descritores Medicalização e Psicologia no portal SciELO, encontramos onze artigos que discutem o fenômeno da medicalização a partir da Psicologia. Esses trabalhos foram publicados em revistas de Psicologia, Saúde Coletiva, Saúde e Educação. Esses artigos foram produzidos majoritariamente por psicólogos/as. Os onze artigos selecionados foram produzidos por 28 psicólogos/as e um cientista social.

No que diz respeito à pós-graduação, salientamos o predomínio de autores/as que concluíram o Mestrado na Área da Psicologia, dos 28 autores que realizaram o mestrado, vinte concluíram no campo da Psicologia, duas autoras realizaram suas pesquisas no campo da Saúde, duas autoras no campo da Educação e duas autoras desenvolveram o mestrado em áreas ligadas ao estudo do desenvolvimento humano, um em antropologia e outro autor no campo de estudos das Ciências Sociais e da Religião.

No que diz respeito à formação em nível de Doutorado, observamos assim como no Mestrado um grande número de autores/as no campo de estudo da Psicologia. Dos 21 autores/as que concluíram, dezenove são do campo da Psicologia, uma autora do campo da Saúde Coletiva.

A forte presença das psicólogas como referência na elaboração e publicação dos artigos está relacionada ao desenvolvimento de pesquisas e discussões sobre as implicações da Psicologia na formação de um modelo de aluno baseado em preceitos científicos que formalizavam quais seriam as características necessárias para a aprendizagem escolar, entre elas a inteligência e suas formas de medição ganham grande destaque no cenário escolar, que ao começar a aferir as supostas capacidades das crianças passa a definir espaços escolares, sobretudo quem é considerado capaz de aprender. A entrada no espaço escolar, na década de 1980, fez surgir, inicialmente, problematizações sobre o papel da escola em uma sociedade de classes. Ocorre assim, uma mudança no eixo de discussão, anteriormente centrado na criança e nos/as professores/as, começou a ser redimensionado para a escola como parte de uma estrutura social (SOUZA, 2010, p.144).

O nascimento de novos questionamentos possibilita a sistematização de diferentes trabalhos com eixos de discussão orientados para o funcionamento da escola pública, como as redes de relação são construídas, que práticas os/as educadores/as valorizam em sala de aula, como os/as educadores/as entendem os/as alunos/as e suas próprias práticas, quem são as crianças que fracassam, como é produzida a medicalização do processo de aprendizagem e como as políticas educacionais e pedagógicas operam nas escolas. As respostas para essas perguntas só puderam ser possíveis a partir de uma longa convivência e de uma escuta bastante acurada e cuidadosa das relações que se estabelecem na escola e fora dela, ou seja, nos espaços em que a criança vive e convive (SOUZA, 2010, p. 145).

Os trabalhos analisados nesse eixo revelam o impacto de publicações do próprio campo da Psicologia sobre o fracasso escolar e a construção do campo de conhecimento da Psicologia Escolar, assim como a prevalência do referencial teórico Histórico-Cultural e da Psicologia Crítica para compreender o fenômeno da medicalização. Autores como Foucault e Illich também fazem parte do corpo teórico de alguns dos trabalhos analisados, revelando a importância dos conceitos trabalhados por esses autores para a compreensão do processo de medicalização da Educação.

Dentre os trabalhos selecionados, dois trazem os aspectos da prática profissional, um dos trabalhos relata o estágio em Psicologia Escolar, trazendo as reflexões dos/as estudantes de Psicologia sobre a da imersão em escolas públicas. O outro trabalho busca compreender as concepções e práticas de psicólogos/as que atuam em escolas públicas no Estado de São Paulo.

Os trabalhos se organizam em um eixo de discussão bastante homogêneo, cujas principais discussões se localizam em problemáticas voltadas para temas como o diagnóstico da dislexia e do TDAH, o fracasso escolar e as concepções que endentem os problemas relativos à escolarização a partir de falhas no/a estudante, trazendo importantes reflexões para a consolidação desse campo de conhecimento para o enfrentamento das problemáticas referentes aos efeitos das práticas medicalizantes.

Educação e Medicalização

As buscas realizadas no banco de dados da SciELO a partir dos descritores Medicalização e Educação localizaram 38 artigos. Somente dezesseis atenderam aos critérios estabelecidos. Dos dezesseis trabalhos selecionados cinco foram publicados em revistas do campo da Educação, dez foram publicados em revistas de Psicologia, sendo seis artigos publicados em revista específica de Psicologia Escolar e Educacional. Dois artigos foram publicados em um periódico de comunicação entre as áreas da Saúde e da Educação e um artigo foi publicado em um periódico voltado para trabalhos que envolvem Ciência e Saúde Coletiva.

Os dezesseis trabalhos selecionados foram elaborados por 38 autores/as, dos quais três autoras escreveram dois artigos. Os/as autores/as pertencem a campos de conhecimento diversos. Vinte e oito autores/as têm graduação em Psicologia, um em Psicologia e Educação Física e outra em Psicologia e Geografia, três autoras em Fonoaudiologia, duas autoras em Pedagogia um autor tem formação em Farmácia e Administração, um em ciências sociais e uma autora em Odontologia.

A grande diversidade na formação inicial dos/as autores/as estende-se à área em que se realizou a pós-graduação, tanto no Mestrado quanto no Doutorado. Trinta e seis autores/as concluíram o Mestrado, sendo vinte autores na área de Psicologia, sete em Educação, dois em Linguística, dois em Saúde Coletiva, um em Distúrbios da Comunicação, um em Antropologia, um em Odontologia e um em Epidemiologia.

Ao analisarmos os artigos observamos muitos pontos em comum, principalmente em relação ao referencial teórico adotado, os estudos de Foucault e Illich são a base de vários artigos selecionados. Também encontramos como sustentação teórica dos trabalhos as reflexões da Psicologia crítica escolar e assim como os fundamentos da Psicologia sócio-histórica. Diferentes perspectivas de análise que se organizam a partir de um eixo comum: a importância os aspectos históricos para a compreensão dos fenômenos humanos. Assim, as questões referentes à aprendizagem na escola são entendidas como um fenômeno complexo, formado por aspectos coletivos que se processam a partir de um tempo determinado por relações econômica e políticas.

Dentre os trabalhos selecionados em nossa busca, destacamos o artigo de Signor, Berberian e Santana (2016), o trabalho busca compreender a trajetória escolar de uma criança diagnosticada com TDAH e os sentidos construídos pela família e pela criança para as relações estabelecidas com a escola e com as professoras. As autoras analisam os cadernos, as atividades realizadas e os relatórios elaborados pelas professoras sobre a aprendizagem e o comportamento criança, bem como as práticas de alfabetização realizadas durante primeiro, segundo e terceiros anos do ensino fundamental. Os dois primeiros anos do processo de alfabetização foram marcados por práticas mecânicas e sem sentido. No terceiro ano, uma nova professora, em uma nova escola, estabelece um forte vínculo com a criança e introduz práticas contextualizadas de alfabetização promovendo a apropriação da escrita e da leitura.

As autoras destacam o papel do discurso no comportamento e aprendizagem ao trazerem para a discussão as questões apontadas por Bakhtin (2006 *apud* SIGNOR, BERBERIAN, SANTANA, 2016) sobre as interações sociais e os discursos produzidos por essas interações, enfatizando que a criança constitui-se subjetivamente a partir do olhar e do discurso do outro, os quais mantiveram-se centralizados em aspectos depreciativos ao longo de todo o processo de escolarização, exceto o terceiro ano, quando a criança acompanhada durante o estudo passa a ser discursivizada a partir de características positivas, criando assim outras possibilidades de relação com a professora e com o saber, momento em que a alfabetização se constitui.

Apesar das complexas relações estabelecidas nas escolas com professoras e colegas, os determinantes para as dificuldades apresentadas estavam centralizados na criança, ou melhor, no funcionamento cerebral da criança e nos efeitos da medicação prescrita. As autoras abordam o problema da medicalização e da internalização do discurso neurobiológico que enfraquece discussões e reflexões sobre as práticas escolares e sobre os discursos sobre o não aprender que constituem na escola.

Chistofari, Freitas e Baptista (2015) trazem a discussão sobre o percurso escolar de um menino e como os discursos elaborados sobre seu aprendizado e seu comportamento o fazem pensar que não sabe escrever, mesmo quando produz textos. A incorporação dos discursos sobre o não aprender se faz de modo bastante intenso e quando não há espaço para a problematização, ele torna-se o único e verdadeiro discurso possível sobre a criança. A criança em questão teve, com a ajuda da professora, a possibilidade de repensar seu aprendizado, dando-lhe novos sentidos e novas possibilidades.

As discussões sobre o percurso escolar e os discursos produzidos pela escola sobre esse menino, trazem a perspectiva de duas pedagogas e de um psicólogo sobre os sentidos que tais discursos produziam na criança, que replicava sobre si mesma, a necessidade de utilização de um medicamento para aprender. A desconstrução dessa lógica e apresentação de outros modos de ser estudantes revelam a importância de estudos realizados a partir da perspectiva de quem ensina, de quem está dentro da escola, vivenciando os conflitos diários dentro de seus muros.

Ainda que pequena, existe a participação de profissionais da Educação na discussão sobre o processo de Medicalização da Educação, destacando o modo como determinadas práticas podem interferir na forma como a criança entende seu percurso escolar e seu aprendizado, estabelecendo uma relação entre a necessidade de medicamentos para aprendizagem escolar. As discussões propostas nesse trabalho rompem com a grande maioria dos trabalhos, elaborados a partir de campos do conhecimento que compreendem o fenômeno a partir da perspectiva das professoras em parceria com um psicólogo sobre as produções de uma criança sobre seu percurso escolar.

As diferentes parcerias entre diferentes campos de estudos revelam a presença da lógica medicalizante no espaço escolar e as especificidades apresentadas em relação à discussão realizada demonstram a complexidade desse fenômeno, cuja visibilidade se dá na escola, mas sua produção, legitimação e disseminação ocorrem em vários contextos, inclusive na formulação de propostas e políticas públicas educacionais.

Considerações Finais

Os trabalhos apresentados decorrem tanto de investigações teóricas quanto de pesquisas empíricas, englobando diferentes instrumentos como técnicas de entrevistas, estudo de campo, estudo de caso e aplicação de questionários.

Os diferentes enfoques na organização das buscas revelam a prevalência da Psicologia nas discussões sobre a medicalização da Educação. Dentre as três buscas realizadas, durante a pesquisa, observamos, o predomínio de profissionais do campo da Psicologia na discussão sobre o processo de medicalização da Educação. A prevalência diz respeito a consolidação do campo de conhecimento da Psicologia Escolar a partir da produção de uma crítica sobre a produção e a difusão de seus conhecimentos na escola. Esse movimento fez nascer outras possibilidades de compreensão e atuação na escola, trazendo para a cena a própria escola e as relações que são produzidas diariamente nesse espaço de heterogeneidades.

Os trabalhos analisados estão em consonância com os principais autores que discutem o conceito de medicalização e/ou o conceito de medicalização da Educação, trazendo contribuições para a compreensão sobre o modo como esse fenômeno incide na escola e se apresenta no cotidiano de professores/as, psicólogos/as escolares e demais profissionais que trabalham na Educação, além de profissionais que trabalham em serviços de saúde depararem-se com essa problemática.

Salientamos a influência da Psicologia Histórico-Cultural nas discussões dos trabalhos, sobretudo, aqueles voltados para a temática da aprendizagem, demonstrando as influências dos conhecimentos sobre a importância da escola e do papel do/a professor/a para a aprendizagem das crianças. Esse campo do conhecimento, além de fortalecer a presença do/a professor/a no processo de aprendizagem, traz contribuições sobre a relação construída entre a criança e o conhecimento.

Observamos um movimento que indica a escassez de trabalhos da área médica que discutem o processo de Medicalização da Educação e a grande permeabilidade da escola aos discursos medicalizantes. O reduzido número de estudos sobre a medicalização da Educação revela a falta de discussões sobre a temática nesse campo de estudo, o que sugere que tal temática não tenha penetração nas discussões, ou apesar da penetração nas discussões seja considerada uma discussão menor, de pouca importância para ser pesquisada.

A permeabilidade da escola aos discursos medicalizantes é grande, contudo observamos a partir dos trabalhos analisados, a abertura a discursos e saberes que colocam a escola e suas práticas em questão, garantindo, assim, um espaço de análise para o pensar e o fazer pedagógico e as especificidades que envolvem o cotidiano escolar, as lutas e resistências travadas para pensar os percalços na aprendizagem de crianças sem tratá-los com problemas de saúde ou problemas de ordem emocional.

Salientamos ainda, que não encontramos estudos e questionamentos sobre o a medicalização do processo de escolarização de crianças com diferenças funcionais ou crianças com sofrimento psíquico, e temas referentes à Educação Especial e à Saúde Mental. O foco das discussões dos trabalhos analisados são os diagnósticos de TDAH e dislexia,

demonstrando a necessidade de ampliações das discussões, buscando favorecer a oferta de Educação não medicalizada a todos/as os/as estudantes.

O lugar de criança que não apresenta uma performance esperada pela escola pode sofrer transformações decorrentes de metodologias pedagógicas que subvertem a lógica medicalizante e trazem novas possibilidades de ação educativa, baseadas na organização dos conhecimentos em rede, desconstruindo hierarquias e fragmentações do processo de produção do conhecimento, compreendendo a existência de modos de aprender singulares, ou seja, a possibilidade de utilizar práticas alternativas, criadas e recriadas na própria escola, para que todos/as possam aprender (OLIVEIRA, 2013).

Ainda na perspectiva das redes de conhecimento, Alves (2013) ressalta as resistências travadas por professores/as em torno de processos medicalizantes: resistências criadas no cotidiano. A proposta da autora é de uma escola que não se preocupa com a neutralidade e permite variadas possibilidades de conhecimentos. As práticas de professores/as que impulsionam novos modos de *aprenderensinar*, ao resistirem às práticas dominantes, abrem espaço para o trabalho com as demandas do cotidiano, traduzidas em frutíferas possibilidades de aprender.

As discussões sobre o processo de medicalização implicam também nas falas que circulam no espaço escolar,

[...] há discursos que capturam as relações pedagógicas, em especial no que se refere ao encontro entre docentes e estudantes, impedem o encontro entre as pessoas que participam do processo, distanciados pelo sistema de normalização, com sua tecnologia de poder (ESTEBAN, 2013, p. 170-1).

As rugosidades dos discursos sobre percalços no processo de escolarização são contempladas pelos questionamentos daqueles que vivenciam o sofrimento e a despotencialização dos sujeitos tanto na escola quanto nos serviços de saúde revelam a existência de práticas prescritivas e ao mesmo tempo libertárias em ambos espaços. Os movimentos não são lineares, tampouco circulares, eles se entrecruzam, se distanciam, se sobrepõem, formando um complexo campo de disputa entre distintas concepções teóricas e práticas sobre o sujeito, a saúde e a educação.

Diante da amplitude de questões que perpassam o espaço escolar, torna-se necessária a realização de estudos a partir da perspectiva da Educação, buscando assim apresentar outras lógicas para a compreensão para o fenômeno.

Referências Bibliográficas

ALVES, N. Quem tem medo de Virgínia Woolf? Sobre o domínio de linguagens e artefatos na contemporaneidade. In: COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M. A. A.; RIBEIRO, M.C.F. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

ARANTES, R. L; FREITAS, C. R. . Olhando para o cérebro dos aprendentes: reflexões para um desencantamento imagético na educação. **Culturas Psi**, v. 6, p. 12-27, 2016. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/culturaspsi/article/view/8312/pdf_1> . Acesso em: 15 mar 2019.

COLLARES, C.A.L., MOYSÉS, M.A.A. O profissional de Saúde e o Fracasso Escolar: Compassos e descompassos. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Org.). **Educação Especial em Debate**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes, conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ESTEBAN, M. T. Muitos começos para muitas histórias. In: COLLARES, Cecilia Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso.; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

GUARIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes, conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOYSÉS, M. A. A. **A institucionalização do invisível: Crianças que não aprendem na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes - conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

OLIVEIRA, I. B. Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades. In: COLLARES, Cecilia Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso.; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: Histórias de Submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

SILVA, M R.; HAYASHI, C. R.; HAYASHI, M. C. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 110-129, 9 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SOUZA, M. P. R. As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.